

TEXTO, SUJEITO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO NOS ESTUDOS DO DISCURSO: UMA AVALIAÇÃO

Luiz Francisco Dias¹

Introdução

Nas últimas décadas, alguns estudos se destacaram ao questionar os postulados que fundamentavam as correntes lingüísticas, desde o lançamento do *Curso de Lingüística Geral*, de Saussure. Estamos nos referindo a uma série de teses que, em largas perspectivas, não consideram a frase como “unidade lingüística terminal” (Dubois, 1978: 192) e, ao mesmo tempo, resgatam para o âmbito da lingüística o sujeito e as condições de uso da linguagem. Estamos nos referindo ao conjunto de estudos que têm sido extensamente reunidos sob a denominação de Análise do Discurso. No presente texto, vamos realizar uma breve retrospectiva das concepções sobre texto e sujeito nas últimas décadas do século XX. A seguir, vamos destacar alguns traços representativos das teses sobre o discurso nos últimos anos.

Gramática textual e modelos de texto

A (re)valorização da semântica, principalmente a partir dos trabalhos dos estruturalistas franceses, parece-nos ter influenciado na formulação de algumas teorias voltadas para o texto. Essas teorias se configuravam como tentativas de ampliação dos limites da lingüística do enunciado.

¹ Professor do Departamento de Letras/Campus II (UFPB) - Doutor em Lingüística.

Situam-se nesse contexto as pesquisas que objetivavam a elaboração de gramáticas textuais. Nessa perspectiva, o texto é definido como “complexo lingüístico” (Lang, 1972: 78) sustentado por uma base de natureza lógico-semântica responsável pela sua significação. Em outras palavras, a organização de um texto em nível de superfície (cadeia de enunciados, parágrafos, etc.) nada mais é do que a representação ou projeção de uma estrutura profunda, onde se formam as relações de causalidade, temporalidade, comparação, oposição, etc.

Apesar da inspiração na Gramática Gerativa, no que concerne aos conceitos de estrutura profunda e superficial, já se verifica aqui uma evolução no tratamento da unidade de análise. O texto não é simplesmente uma frase de grande extensão. Para Lang (*idem*; *ibidem*), o texto se diferencia da frase pelas seguintes propriedades:

- a) o texto é o quadro no interior do qual as frases perdem ambigüidade;
- b) o texto contém outros pressupostos e implicações além daquelas das frases que o constituem;
- c) o texto apresenta possibilidades de paráfrase diferentes da frase (por exemplo, a possibilidade de redução até o resumo mínimo).

Caberia a uma gramática do texto, diferente portanto de uma gramática de frase, a formulação dos princípios que regem a organização de um texto enquanto estruturação em língua.

As gramáticas textuais, todavia, não reconhecem o contexto como um componente representativo.

Outros modelos de análise também tomam o texto como unidade de estudo².

Siegfried Schimdt insere a noção de texto dentro de um aparelho conceitual amplo, que transcende a estrutura imanente do próprio texto. Para ele, o “termo texto não serve para designar um objeto meramente lingüístico. O seu objeto, ao contrário, é um quadro de funções comunicativas, no qual os elementos e as estratégias lingüísticas

². Temos que ressaltar o trabalho de Z. Harris, que se utiliza do critério distribucional no estabelecimento de certas constantes formais, com o objetivo de formular uma estrutura geral para o texto.

estão inseridas” (Schmidt, 1978: 165-6). O conceito de texto torna-se mais amplo, na medida em que não se limita ao imanente. O texto, na sua teoria, é um ato comunicativo por excelência, e como tal, se define pela sua pertinência social, já que os atos comunicativos são realizados por no mínimo dois parceiros. Atuando na perspectiva de um modelo de comunicação lingüística, ele realiza um levantamento das “potencialidades estruturais” de um jogo de atuação comunicativa.

Observamos que no modelo proposto por Schmidt o contexto não se configura como uma propriedade constitutiva da significação. Ele se faz representar por “arranjos estilísticos” (idem. p. 186) na fase final do processo de geração de textos.

Interação e subjetividade: da Retórica à Teoria da Enunciação

Apesar de evoluir da frase para o texto, os projetos de uma gramática textual deixam a desejar, por excluírem o processo que leva à produção do texto, inclusive as condições externas responsáveis por essa produção.

O interesse por uma concepção não imanente dos objetos da linguagem tem como uma de suas fontes a retórica clássica. Para Aristóteles, a retórica é uma forma de ação, um meio através do qual o sujeito pode persuadir o seu interlocutor à adesão das idéias que defende. Conhecer as técnicas de persuasão tornava-se importante quando se pensava em conhecer alguém. Esse viés da retórica levou os estudos deste gênero à banalidade. Esquecida por longo tempo, a retórica foi retomada principalmente por Chaim Perelman, que, fugindo dos objetivos práticos e normativos de Aristóteles, procura desenvolver uma teoria da retórica enquanto processo argumentativo. Segundo Gimeno (1986: 60), Perelman não tem como “finalidade o estudo único e exclusivo de técnicas discursivas, mas também o das condições que possibilitam o desenvolvimento da argumentação”.

A perspectiva da linguagem como forma de ação também tem sido retomada pela Pragmática, ressaltando a sua função interacional. Nesse aspecto, a linguagem é um meio de controlar e regular compor-

tamentos e dotada de intencionalidade. Assim, quando um sujeito X se dirige a Y e pergunta “Você tem horas?” é de se supor que X não queira uma resposta do tipo “Tenho”, pois na verdade não era essa a “intenção” dele. Dessa forma, torna-se necessário que o senhor Y recupere a “intenção” do seu interlocutor. Se a sua resposta se deu no sentido de informar-lhe as horas, então ele não se ateve simplesmente ao enunciado, mas extrapolou para o nível da enunciação. Situações comunicativas como essa, comuns no nosso cotidiano, requerem uma investigação que não se limite ao estrutural.

Foi Émile Benveniste, na década de 60, quem formalizou de forma mais consistente o conceito de enunciação. Para ele, a enunciação é o ato de produzir um enunciado. Nesse ato, o locutor se apropria da língua e se instaura como sujeito, ao mesmo tempo em que se institui o seu alocutário. Esse processo comporta um “aparelho formal” que inclui o eu como sujeito da enunciação e o tu como pessoa objetiva e dependente do eu. A apropriação, assim definida, se configura através de marcas que denunciam o lugar do sujeito na enunciação. Trata-se dos “índices de ostensão”, quais sejam, demonstrativos, advérbios de lugar e de tempo que fazem referência à situação em que o enunciado é produzido; e das formas temporais do verbo, destacando o presente como o tempo central, que coincide com o momento da enunciação. Além desses, há outros elementos de menor importância no aparelho enunciativo como a interrogação, as formas imperativas e as asserções.

Como vimos, a noção de sujeito de Benveniste é carregada de um forte “individualismo”. E isso tem sido motivo para que muitos lingüistas rejeitem tal conceito de sujeito.

Se, por um lado, na lingüística imanente o sujeito é excluído do processo de investigação da linguagem, na Teoria da Enunciação, da forma como ela é formulada por Benveniste, ele (sujeito) centraliza todo o processo de produção do sentido. Segundo alguns críticos de Benveniste, dentre os quais destacamos Eni Orlandi, a apropriação da língua pelo sujeito é ilusória. Para ela, o sujeito, se considerado na sua autonomia, é um “sujeito-de-direito”. No seu entender, “há um jurisdismo tal na constituição desse sujeito que faz com que ele interiorize

a idéia de coerção ao mesmo tempo em que toma consciência de sua autonomia” (Orlandi, 1986: 116).

Análise do Discurso: a relevância das condições de produção

A Análise do Discurso surge, então, como uma postura crítica em relação à imanência lingüística e à centralidade do sujeito. Esta posição foi formulada por M. Pêcheux, que investigou as relações entre discurso, formação social e ideologia. Para ele, o processo histórico-social tem participação direta no ato da produção do discurso, determinando a forma de organização interna desse discurso. O sujeito, como parte integrante desse processo, é abordado a partir de um quadro em que o homem é involuntariamente “porta-voz” de uma ideologia. A apropriação da linguagem, para Pêcheux, é um ato antes social do que individual.

Isso terá repercussões, por exemplo, no conceito de enunciação, que fica destituído da carga de subjetividade verificada em Benveniste: “Voloshinov vai mostrar que a enunciação é um fenômeno social e não individual. A palavra, segundo ele, é basicamente ideológica e está tão determinada por quem a emite quanto para quem é emitida” (Orlandi, op.cit. p. 60).

Assim delineado, esse quadro dá lugar ao tema da constituição do sujeito. Para que possamos examinar melhor esse tema, torna-se necessário que caracterizemos o discurso como um lugar de constituição da identidade do sujeito, um espaço dentro do qual “os interlocutores ganham existência” (Osakabe, 1979: 32)³. Queremos dizer que, na atividade de estruturação do texto, o locutor se expõe verbalmente perante o alocutário, que, no momento da fala, se torna presente na

³. Quando nos referimos à interlocução, temos em vista a atuação de um locutor, quem diz algo”, e de um alocutário, aquele “para quem se diz”. Tanto um como outro são “figuras de enunciação” e se distinguem da dupla falante/ouvinte, que são caracterizados como “agentes dos fenômenos físico-fisiológicos de falar e ouvir”, conforme Ducrot (Guimarães, 1985:103).

perspectiva de uma imagem construída por ele (locutor). Isso se caracteriza como um jogo de imagens.

A constituição do sujeito é um dos aspectos essenciais daquilo que tem sido denominado de condições de produção do discurso.

Entendemos, como Colin (in: Guespin, 1976: 4-5), que as condições de produção não são simples “circunstâncias”, não são forças externas ao processo de produção. Ao contrário, elas caracterizam o discurso e são recuperadas por marcas lingüísticas específicas.

Uma dessas marcas lingüísticas está representada na construção da passiva. Uma perspectiva puramente lingüística implicaria na formalização do processo de mudança estrutural em que a voz ativa se transforma em passiva. Mas essa análise formal esconde aspectos muito interessantes, que só se revelam à luz da Análise do Discurso. É o que procuramos demonstrar nesta passagem em que Iam Slater analisa o pensamento de Orwell:

Sua [de Orwell] afirmação de que a ‘voz passiva é, sempre que possível, usada de preferência à ativa’ para suavizar o choque causado por uma prosa áspera e aberta é amplamente demonstrada pelo recente caso de suposta corrupção na Itália, quando, em resposta à acusação de que ‘as companhias petrolíferas estariam sustentando todos os grandes partidos políticos da Itália’; o diretor da Esso italiana respondeu que estaria mais próxima da verdade a afirmação de que ‘todos os grandes partidos políticos estavam sendo sustentados pelas companhias petrolíferas.’⁴

A frase na passiva, ao recolher a transitividade verbal, neutraliza a ação recriminada. Interessava ao locutor “orientar” a perspectiva do(s) seu(s) alocutário(s) no sentido de tornar relevante o papel dos partidos italianos no episódio. Só captamos a mudança de significação que acompanha indissociavelmente a mudança da forma lingüística se consideramos a frase na sua dimensão interpessoal.

Com isso, mostramos uma breve consideração discursiva em torno de uma forma lingüística: a passiva, que se mostra um instrumento de ocultação do agente.

⁴. Extraído do Caderno *Orwell, Marcuse e a Linguagem da Política*, publicado pelo Centro de Documentação Política e Relações Internacionais da UNB.

Consideremos outro fato em que a presença da imagem do interlocutor se sobressai. O exemplo foi apresentado por Orlandi (1984: 17), mediante o relato de uma colega que queria falar com uma amiga a respeito de um livro que teria sido dado a ela (amiga). No entanto, relata Orlandi, “como ela só sabia o nome do livro mas não sabia ao certo quem o teria dado nem se o livro teria sido dado para essa amiga mesmo, colocava-se o seguinte problema: começar por onde? Pelo livro? (*Sabe o livro X?*) Pelo nome do amigo? (*Sabe o Z?*) A amiga poderia desconhecer ambos e não serviria como apoio para estabelecer o ponto de contato”.

Aqui a imagem do interlocutor é importante para estabelecer o tópico do discurso, vale dizer, para que o locutor escolha uma informação a partir da qual ele organize o texto.

O fenômeno da polifonia também se caracteriza como um aspecto importante das condições de produção do discurso. Vejamos:

Frequentemente se pergunta se um intelectual possui poder. Normalmente a resposta é: 'Depende'. Um economista que ocupa um alto posto no aparelho do Estado possui poder. Um professor diante de uma classe possui poder. Um psicólogo, um sociólogo, um assistente social num Departamento de Relações Industriais de uma grande empresa, possuem poder. No entanto, essa resposta, embora verdadeira, é parcial porque não nos explica de onde vem o poder que esses intelectuais possuem enquanto intelectuais. A resposta mais frequente a essa pergunta consiste em dizer que um intelectual possui um saber que lhe dá poder quando está a serviço daquele que detém o poder em uma sociedade. No entanto, resta indagar porque, na sociedade moderna e contemporânea, o saber possui tal ligação com o poder. Isto é, o que há no próprio saber, no próprio conhecimento, na própria ciência e na própria tecnologia que os tornam instrumentos de poder, visto que em inúmeras outras sociedades essa relação não existiu ou não existe. Em geral, o que dificulta alcançar o coração dessa pergunta é o fato de que somos habituados a estabelecer uma diferença entre o ato de conhecer e o exercício do poder, como se a estrutura do ato de conhecimento e a estrutura do ato de poderio fossem exteriores uma à outra e inteiramente diferentes. Basicamente, estamos todos convencidos de que o conhecimento ou o saber é em si mesmo neutro diante da sociedade e da natureza, não é bom nem mal, útil ou nocivo, vindo a tornar-se

*bom ou mal, útil ou nocivo, correto ou incorreto, dependendo do poder que irá usá-lo. Nossa crença na neutralidade e na objetividade do conhecimento obscurece a relação interna e profunda, mas invisível, que existe entre saber e poder nas sociedades contemporâneas.*⁵

Notemos que a argumentação se assenta sobre perguntas e respostas de largo efeito retórico, na medida em que, através delas, o locutor assume e incorpora a sua fala uma “voz” anônima e coletiva e que se aproxima do consenso, haja vista os advérbios “freqüentemente” e “normalmente”.

Logo no início do texto, à primeira resposta incorporada pelo locutor (“depende”), segue-se alguns exemplos que ele experimentalmente utiliza para confirmá-la. Dissemos experimentalmente porque adiante, através da conjunção adversativa “no entanto”, o locutor se desvincula, não de todo (“embora verdadeira”), da opinião assumida até então. Segue-se uma segunda resposta (“A resposta mais freqüente a essa pergunta...”), que, novamente, não é definitiva (“No entanto, resta indagar...”). A caminho de uma resposta a essa indagação, o locutor se universaliza (“somos habituados...”. “estamos todos convencidos...”) o que torna ainda mais vigorosa a argumentação.

Pretendemos demonstrar nesse exemplo que o processo discursivo admite o cruzamento de várias “vozes”, isto é, diversos papéis que o locutor assume diante do seu alocutário, o que caracteriza a produção do texto como uma atividade polifônica.

Nessa direção, destacamos ainda o estudo das conjunções do português realizado por Eduardo Guimarães, para quem o papel dessa classe não se esgota na conexão de orações. Analisada sob a ótica discursiva, as conjunções são consideradas “operadores do discurso” e exercem uma importante função na estruturação do texto.

A conjunção “embora”, por exemplo, recebe esse tratamento em Guimarães (1981) e Koch (1984). Consideremos o seguinte texto:

⁵. Trecho do discurso de Marilena Chaui, parainfã da turma de formandos da Universidade Federal de Viçosa, proferido em 22/07/83, em Viçosa/MG.

A metodologia previu fortes chuvas na tarde de ontem. Embora as autoridades soubessem dessa previsão, não tomaram nenhuma providência.

Através da construção embora B, A, o locutor antecipa ao alocutário um argumento (B) ao mesmo tempo em que anuncia que o argumento seguinte (A) é que prevalecerá sobre o primeiro. Dessa forma, ele imprime ao texto um grande poder de persuasão porque esse discurso “não pode ser contestado”. O locutor desarma o adversário, “porque se antecipa a ele, introduzindo no próprio texto os argumentos possíveis contrários a sua tese, destruindo-os logo a seguir” (Koch, 1984: 151).

Segundo Guimarães (1981: 99), construções desse tipo se constituem em estratégias de relação e exercem um papel relevante na estruturação do texto. Para ele, a estratégia de relação é a indicação do locutor de como o alocutário deve “ler” o seu texto.

Vimos alguns exemplos em que se utiliza uma abordagem discursiva para explicar dados lingüísticos. Torna-se necessário agora tentarmos especificar o objeto de estudo que orienta esses trabalhos.

Discurso e texto

O termo “discurso” tem se mostrado ambíguo, tanto na linguagem cotidiana quanto no âmbito dos estudos lingüísticos.

Para Saussure, ele é sinônimo de fala, e, como tal, uma entidade “psicofísica” (*Curso de Lingüística Geral*, p. 27). Ainda, a fala “é sempre individual e o indivíduo é sempre senhor”. Esse conceito, além de mostrar uma visão reduzida do sujeito, eleva o discurso à condição de desvio e o relega ao campo da assystematicidade, onde não há “controle” científico.

Para Guespin (1976: 4), o discurso pode ser definido como um “enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona”. Isto quer dizer que são as condições de produção fatores fundamentais para se entender o discurso.

Para elucidar esse conceito, utilizaremos um exemplo de Martinez (1978: 11-12):

...se me encontro numa sala de aula e digo para alguém que está ao meu lado:

- o leão fugiu do circo!

e não estando claro qualquer elemento anterior (discursivo) e muito menos situacional que permita ao meu interlocutor entender tal enunciação, o que se terá é apenas a compreensão que é estabelecida pelas relações sintático-semânticas do enunciado de tal frase. Nesse momento, o meu interlocutor poderá reagir inquirindo sobre o meu enunciado, a nível metalinguístico, 'que leão?' 'que circo?' 'de que você está falando?'. Se imaginarmos agora uma situação adequada à emissão dessa frase, como por exemplo o testemunho de um burburinho, ou melhor, de pânico nas imediações das instalações de um circo, tal frase será perfeitamente possível e ao meu locutor caberá, entre outras coisas, assentir ou discutir comigo das condições de verdade do meu enunciado, verificando o que de fato ocorreu.

Do ponto de vista das condições de produção, o enunciado "o leão fugiu do circo", no segundo caso, favorece um tipo de resposta não metalinguística por parte do interlocutor. Dessa forma, apesar de ser constituído de uma só frase, ele não deixa de ser um texto.

Muitas vezes emprega-se o termo discurso como sinônimo de texto.

Para Possenti (1981) não há porque distinguir discurso e texto; o importante é que o objeto, qualquer que seja a sua denominação, seja abordado do ponto de vista do processo de produção, especificamente, na perspectiva do jogo de imagens estabelecido entre os interlocutores.

Parece-nos que a diferenciação entre os dois termos estaria voltada para o enfoque que se quer imprimir ao estudo da manifestação linguística. Se o enfoque estiver voltado para a pesquisa das condições de manifestação da linguagem, historicamente determinadas, isto é, para o processo de produção, fala-se em **discurso**. Por outro lado, se se refere às investigações centradas unicamente no produto, utiliza-se o termo **texto**. Segundo Orlandi (1983: 204), o primeiro conceito está

no nível teórico e metodológico, enquanto o segundo, seu equivalente, é considerado no nível analítico.

Um típico estudo de texto foi desenvolvido por Halliday & Hasan (1976) no conhecido trabalho *Cohesion in English*.

Segundo eles, o texto é uma unidade semântica e tem como propriedade a textura: “um texto tem textura, e isto é o que o distingue de algo que não é texto” (Halliday & Hasan, 1976: 2). Para eles, a textura é fornecida principalmente pelas relações coesivas, que nada mais são do que relações de significado expressas por recursos lingüísticos como referência, substituição, elipse, conjunção.

Por esse prisma, numa seqüência do tipo:

O presidente promoverá reformas na economia. Espera-se que ele consiga o apoio do Legislativo.

a relação que há entre presidente e ele se caracteriza como coesiva. O sentido dessa relação é que esses elementos se referem à mesma coisa. Assim, o texto seria marcado por uma cadeia ligando os componentes através dos vários recursos de coesão. Isso nos leva a pensar o texto como um quadro unificado e homogêneo. Quando se rompe essa cadeia tem-se aí a fronteira do texto: “nós podemos considerar que um novo texto começa onde uma sentença mostra-se não coesiva com aquela que a precede” (idem. p. 295)

Esse enfoque, em linhas gerais, está presente em diversos trabalhos, mormente naqueles em que se analisa a progressão e recorrência temáticas. Basicamente consideram o texto um objeto autônomo e suficiente e não concebem as orientações pragmáticas como constitutivas do sentido.

O outro enfoque também está direcionado para a linguagem em uso. No entanto, destaca-se a noção de discurso, que denota um quadro metodológico em que o lingüístico é explicado em função das condições em que se emprega a linguagem. Assim, o sentido do discurso não está somente na relação entre segmentos, mas no espaço discursivo constituído pelos interlocutores. Para os analistas do discurso, ele não é um objeto fechado, autônomo, já que, como vimos no

exemplo de polifonia, o discurso tem relação com outros discursos aos quais se refere.

Esses dois enfoques fundamentam respectivamente uma lingüística de texto e a Análise do Discurso.

Considerações Finais

Assim, a Análise do Discurso tem contribuído para uma revisão crítica do que se denomina “sentido literal”. Quando partimos do pressuposto de que o sentido é formado a partir da interlocução, torna-se imperiosa a rejeição do conceito de sentido literal em oposição a sentidos marginais, secundários. Na verdade, o discurso admite sentidos possíveis. A literalidade advém do processo histórico que tende a legitimar um sentido consagrado pelo uso.

O trabalho do analista do discurso tem sido relevante na leitura de textos de arquivo. Na França, um grupo de lingüistas, utilizando-se de uma abordagem discursiva, realiza um levantamento de marcas lingüísticas próprias de determinados períodos históricos por que passaram o país. No mesmo sentido, foram realizadas algumas pesquisas em textos que focalizam fatos político-sociais no Brasil. Destacamos os trabalhos de Haquira Osakabe (1979), que analisa os discursos de Getúlio Vargas, e de Eni Orlandi (1983), que estuda textos dos livros didáticos de História do Brasil que focalizam o período compreendido entre 1964 e os últimos anos da década de 70.

Finalmente, destacamos o fato de que a Análise do Discurso assume uma postura, em nível epistemológico, que a aproxima de uma filosofia que atualmente ganha corpo a partir da crítica ao racionalismo. Estamos falando especificamente da crítica a uma visão de mundo fragmentada e excludente, de firme tradição no pensamento científico. Por essa nova perspectiva, os conceitos tradicionais, relativos aos objetos isolados, perdem seu significado. Qualquer fenômeno deve ser analisado a partir do universo dinâmico em que o observamos. Na física, por exemplo, a luz tem sido concebida como partícula e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, como uma onda. Essa mudança de

mentalidade também se faz presente em certas áreas das Ciências Humanas como a Economia e a Psicologia.

A análise discursiva da linguagem, pelo fato de envolver o sujeito, a exterioridade, perde a rigidez metodológica própria da linguagem imanente. A análise do Discurso, quando torna flexível a operacionalização dos seus conceitos, favorece a apreensão do “heterogêneo, o múltiplo dentro do uno, o diferente dentro do infinitamente repetido, o outro dentro das aparências do mesmo” (Robin, 1986: 125). O estudo da linguagem torna-se, pois, vivo, dinâmico e mais interessante.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. L'appareil formel de l'énonciation. *Langage*. Paris: n. 17, p. 12-18, 1978.
- DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GERALDI, J. W. Tópico-comentário e orientação argumentativa. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: UNICAMP, p. 63-90, 1981.
- GIMENO, M.H.L. A nova retórica: alguns pressupostos da teoria de Ch. Perelman. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: n. 10, p. 59-80, 1986.
- GUESPIN, L. Types de discours ou fonctionnements discursifs? *Langages*, Paris: n. 41, p. 3-11, 1976.
- GUIMARÃES, E.R.J. Estratégias de relação e estruturação do texto. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: UNICAMP, p. 91-114, 1981.

- _____ Não só... mas também: polifonia e argumentação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: N. 8, p. 79-108, 1985.
- _____ Polifonia e tipologia textual. *Cadernos PUC*. São Paulo: n. 22, p. 75-88, 1986.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- KOCH, I.V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- LANG, E. Quand une 'grammaire de texte' est-elle plus adequate qu'une grammaire de phrase? *Langages*, Paris: n. 26, p. 75-80, 1972.
- MARTINEZ, R.H.B. Discurso: conceituação e elementos que entram na sua produção. *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau*. vol. 3. São Paulo: SE/CENP/UNICAMP. p. 9-43, 1978.
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- _____ Segmentar ou recortar?. *Série Estudos*. Uberaba: n. 10, p. 9-26, 1984.
- _____ A Análise do Discurso: algumas observações. *DELTA*. São Paulo: v. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- POSSENTI, S. Discurso: objeto de lingüística. *Série Estudos*. Uberaba: n. 6, p. 9-19, 1979.
- _____ Discurso e texto: imagem e/de constituição. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: UNICAMP, p. 39-60, 1981.
- ROBIN, R. L'Analyse du discours entre la linguistique et les sciences humaines: l'éternel malentendu. *Langages*. Paris: n. 81, p. 121-128, 1986.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, s/d
- SCHMIDT, S.J. *Lingüística e teoria de texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.